

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	15
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	16
Demonstração do Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	64
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	66

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	158.489
Preferenciais	0
Total	158.489
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.305.884	1.300.544
1.01	Ativo Circulante	529.232	529.775
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	108.539	100.085
1.01.03	Contas a Receber	191.941	202.658
1.01.03.01	Clientes	191.941	202.658
1.01.04	Estoques	186.382	185.605
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.247	16.943
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.247	16.943
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	292	4.330
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	10.955	12.613
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.123	24.484
1.01.08.03	Outros	31.123	24.484
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	15.893	15.893
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	4.007	3.025
1.01.08.03.04	Outros	11.223	5.566
1.02	Ativo Não Circulante	776.652	770.769
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	332.520	330.824
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	156.177	158.473
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	65.161	69.050
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	91.016	89.423
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	176.343	172.351
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	84.337	81.693
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	32.208	32.208
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	5.649	6.124
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	27.567	26.735
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	4.369	4.369
1.02.01.09.08	Aplicações financeiras	6.631	6.451
1.02.01.09.09	Adiantamento futuro aumento de capital	13.976	13.976
1.02.01.09.10	Outros	1.606	795
1.02.02	Investimentos	10.867	1.696
1.02.02.01	Participações Societárias	10.867	1.696
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	10.601	1.454
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	266	242
1.02.03	Imobilizado	421.210	425.256
1.02.04	Intangível	12.055	12.993

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.305.884	1.300.544
2.01	Passivo Circulante	411.628	395.330
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.879	24.382
2.01.02	Fornecedores	107.260	98.557
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.167	23.927
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.167	23.927
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	9.967	9.788
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	14.200	14.139
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	202.549	197.004
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	168.902	171.249
2.01.04.02	Debêntures	33.647	25.755
2.01.05	Outras Obrigações	47.626	51.460
2.01.05.02	Outros	47.626	51.460
2.01.05.02.04	Cessão de Crédito Fornecedores	20.606	21.522
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	13.000	12.699
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	856	879
2.01.05.02.08	Outros	13.164	16.360
2.01.06	Provisões	2.147	0
2.01.06.02	Outras Provisões	2.147	0
2.01.06.02.06	Provisão para Participação nos Lucros	2.147	0
2.02	Passivo Não Circulante	634.090	666.766
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	371.870	388.468
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	197.654	214.424
2.02.01.02	Debêntures	174.216	174.044
2.02.02	Outras Obrigações	138.671	137.864
2.02.02.02	Outros	138.671	137.864
2.02.02.02.03	Fornecedores	71.137	68.990
2.02.02.02.06	Parcelamento de Obrigações Tributárias	67.534	68.874
2.02.03	Tributos Diferidos	12.709	7.603
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.709	7.603
2.02.04	Provisões	110.840	132.831
2.02.04.02	Outras Provisões	110.840	132.831
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	72.781	74.515
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	30.746	51.004
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	7.313	7.312
2.03	Patrimônio Líquido	260.166	238.448
2.03.01	Capital Social Realizado	119.565	119.565
2.03.04	Reservas de Lucros	121.129	121.129
2.03.04.01	Reserva Legal	15.219	15.219
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	103.197	103.197
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	2.713	2.713
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	20.160	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-688	-2.246

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	213.213	221.086
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-138.946	-151.754
3.03	Resultado Bruto	74.267	69.332
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-34.024	-59.757
3.04.01	Despesas com Vendas	-47.075	-48.876
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.110	-8.511
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	20.519	273
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	20.519	273
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.385	-7.020
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-8.385	-7.020
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.027	4.377
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	40.243	9.575
3.06	Resultado Financeiro	-15.273	-19.019
3.06.01	Receitas Financeiras	5.640	11.712
3.06.01.01	Receitas Financeiras	5.640	8.263
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	0	3.449
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.913	-30.731
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-20.391	-30.731
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	-522	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	24.970	-9.444
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.106	3.220
3.08.01	Corrente	0	-1.150
3.08.02	Diferido	-5.106	4.370
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	19.864	-6.224
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	19.864	-6.224
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,12533	-0,03927
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,12533	-0,03927

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	19.864	-6.224
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.854	7.063
4.02.02	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	1.854	7.063
4.03	Resultado Abrangente do Período	21.718	839

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	32.354	31.361
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	24.521	10.227
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	24.970	-9.444
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	9.090	8.831
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-9.027	-4.377
6.01.01.07	Provisão para Contingências	-19.551	3.838
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	-3.317	-2.610
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	2.148	1.754
6.01.01.10	Outras Provisões	6.506	2.893
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-832	-739
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-1.593	-1.613
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	1.389	1.594
6.01.01.17	Juros Provisionados de Empréstimos	15.162	16.463
6.01.01.19	Variação Cambial não realizada PBA	1.857	7.082
6.01.01.20	Variação Cambial não realizada de empréstimos	-2.281	-13.445
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.654	26.942
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	9.320	-9.424
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	301	-681
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	-281	529
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-2.644	-7.656
6.01.02.07	(Aumento)/ Redução de Tributos a Recuperar	2.133	2.684
6.01.02.08	(Aumento)/ Redução de Aplicações Financeiras Vinculadas	-180	17.834
6.01.02.09	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	-6.468	2.933
6.01.02.10	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	9.934	15.396
6.01.02.11	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	-982	-1.398
6.01.02.12	(Aumento)/Redução de Provisão para Contingências	-707	-937
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-2.550	-2.313
6.01.02.14	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10.913	7.653
6.01.02.16	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	-7.135	2.322
6.01.03	Outros	-3.821	-5.808
6.01.03.01	Juros Pagos	-3.821	-5.808
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.098	2.937
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-3.719	-7.954
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-387	-121
6.02.04	(Concessão)/Recebimento de Créditos com Partes Relacionadas	2.032	71
6.02.05	Recebimento na Venda de Ativo Permanente	-24	0
6.02.07	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	10.941
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-21.802	-34.184
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	677	19.155
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-22.456	-53.339
6.03.04	Dividendos pagos	-23	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.454	114
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	100.085	81.761
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	108.539	81.875

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	119.565	0	121.129	0	-2.246	238.448
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	119.565	0	121.129	0	-2.246	238.448
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.160	1.558	21.718
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.864	0	19.864
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	296	1.558	1.854
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	296	-296	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada no Exterior	0	0	0	0	1.854	1.854
5.07	Saldos Finais	119.565	0	121.129	20.160	-688	260.166

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	99.565	0	139.193	0	-6.912	231.846
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.565	0	139.193	0	-6.912	231.846
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.924	6.763	839
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.224	0	-6.224
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	300	6.763	7.063
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	300	-300	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada no Exterior	0	0	0	0	7.063	7.063
5.07	Saldos Finais	99.565	0	139.193	-5.924	-149	232.685

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	266.701	274.630
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	265.636	274.574
7.01.02	Outras Receitas	559	611
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.903	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.397	-555
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-112.453	-147.598
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-94.230	-111.549
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.600	-36.576
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	377	527
7.03	Valor Adicionado Bruto	154.248	127.032
7.04	Retenções	-9.090	-8.831
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.090	-8.831
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	145.158	118.201
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.880	29.705
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.027	4.377
7.06.02	Receitas Financeiras	10.853	25.328
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	165.038	147.906
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	165.038	147.906
7.08.01	Pessoal	48.726	47.205
7.08.01.01	Remuneração Direta	41.133	40.299
7.08.01.02	Benefícios	4.898	4.299
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.695	2.607
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	67.547	60.090
7.08.02.01	Federais	32.433	25.513
7.08.02.02	Estaduais	34.605	34.180
7.08.02.03	Municipais	509	397
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.901	46.835
7.08.03.01	Juros	26.126	44.346
7.08.03.02	Aluguéis	2.775	2.489
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	19.864	-6.224
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	19.864	-6.224

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.249.505	1.237.360
1.01	Ativo Circulante	543.226	535.369
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	118.662	105.745
1.01.03	Contas a Receber	205.252	215.379
1.01.03.01	Clientes	205.252	215.379
1.01.04	Estoques	186.649	185.880
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.015	19.079
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.015	19.079
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	670	5.017
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	12.345	14.062
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	19.648	9.286
1.01.08.03	Outros	19.648	9.286
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	5.440	2.637
1.01.08.03.04	Outros	14.208	6.649
1.02	Ativo Não Circulante	706.279	701.991
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	257.791	247.847
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.353	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.353	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	91.016	89.423
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	91.016	89.423
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	162.422	158.424
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	84.392	81.742
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	32.208	32.208
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	5.649	6.124
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	27.567	26.735
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	4.369	4.369
1.02.01.09.08	Aplicações Financeiras	6.631	6.451
1.02.01.09.09	Outros	1.606	795
1.02.02	Investimentos	266	243
1.02.02.01	Participações Societárias	266	243
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	266	243
1.02.03	Imobilizado	428.717	433.348
1.02.04	Intangível	19.505	20.553

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.249.505	1.237.360
2.01	Passivo Circulante	426.023	409.155
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.170	27.155
2.01.02	Fornecedores	112.613	102.929
2.01.03	Obrigações Fiscais	26.724	25.188
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	26.724	25.188
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.789	311
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	10.037	9.857
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	14.898	15.020
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	202.549	197.004
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	168.902	171.249
2.01.04.02	Debêntures	33.647	25.755
2.01.05	Outras Obrigações	50.820	56.879
2.01.05.02	Outros	50.820	56.879
2.01.05.02.04	Cessão de Crédito Fornecedores	20.606	21.522
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	16.073	17.977
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	871	915
2.01.05.02.08	Outros	13.270	16.465
2.01.06	Provisões	2.147	0
2.01.06.02	Outras Provisões	2.147	0
2.01.06.02.06	Provisões para Participação nos Lucros	2.147	0
2.02	Passivo Não Circulante	563.297	589.746
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	373.097	389.657
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	198.881	215.613
2.02.01.02	Debêntures	174.216	174.044
2.02.02	Outras Obrigações	139.129	138.332
2.02.02.02	Outros	139.129	138.332
2.02.02.02.03	Fornecedores	71.137	68.990
2.02.02.02.06	Parcelamento de Obrigações Tributárias	67.992	69.342
2.02.03	Tributos Diferidos	12.709	3.250
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.709	3.250
2.02.04	Provisões	38.362	58.507
2.02.04.02	Outras Provisões	38.362	58.507
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	31.049	51.195
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	7.313	7.312
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	260.185	238.459
2.03.01	Capital Social Realizado	119.565	119.565
2.03.04	Reservas de Lucros	121.129	121.129
2.03.04.01	Reserva Legal	15.219	15.219
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	103.197	103.197
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	2.713	2.713
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	20.160	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-688	-2.246
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	19	11

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	235.634	241.361
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-139.757	-151.789
3.03	Resultado Bruto	95.877	89.572
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-53.000	-76.911
3.04.01	Despesas com Vendas	-56.686	-61.146
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.275	-8.911
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	20.547	273
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	20.547	273
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.586	-7.127
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-8.586	-7.127
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	42.877	12.661
3.06	Resultado Financeiro	-15.445	-19.620
3.06.01	Receitas Financeiras	5.781	11.537
3.06.01.01	Receitas Financeiras	5.781	8.458
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	0	3.079
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.226	-31.157
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-20.710	-31.157
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	-516	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.432	-6.959
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.560	739
3.08.01	Corrente	-2.454	-3.631
3.08.02	Diferido	-5.106	4.370
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	19.872	-6.220
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	19.872	-6.220
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	19.864	-6.224
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8	4
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,12533	-0,03927
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,12533	-0,03927

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	19.872	-6.220
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.854	7.063
4.02.02	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	1.854	7.063
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	21.726	843
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	21.718	839
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8	4

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	38.927	46.068
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	36.415	17.584
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	27.432	-6.959
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	9.843	9.392
6.01.01.07	Provisão para Contingências	-19.439	3.847
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	-3.770	-2.950
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	2.148	1.754
6.01.01.10	Outras Provisões	6.455	3.166
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-832	-739
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-1.593	-1.613
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	1.398	1.605
6.01.01.17	Juros Provisionados de Empréstimos	15.200	16.463
6.01.01.19	Variação cambial não realizada PBA	1.854	7.063
6.01.01.20	Variação cambial não realizada de empréstimos	-2.281	-13.445
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.026	35.936
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	8.730	8.838
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	-1.904	40
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	-273	530
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-2.650	-7.657
6.01.02.07	(Aumento)/Redução de Tributos a Recuperar	2.192	2.674
6.01.02.08	(Aumento)/Redução de Aplicações Financeiras Vinculadas	-180	17.834
6.01.02.09	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	-8.370	1.091
6.01.02.10	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	10.915	5.845
6.01.02.11	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	-2.803	-1.420
6.01.02.12	(Aumento)/Redução de Provisões para Contingências	-707	-948
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-2.568	-2.328
6.01.02.14	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Trabalhistas	11.727	9.306
6.01.02.16	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	-7.083	2.131
6.01.03	Outros	-4.514	-7.452
6.01.03.01	Juros Pagos	-3.821	-5.808
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-693	-1.644
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.187	-10.108
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-3.777	-9.242
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-387	-866
6.02.04	Recebimento na Venda de Ativo Permanente	-23	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-21.823	-34.131
6.03.01	Captção de Empréstimos e Financiamentos	677	19.209
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-22.456	-53.339
6.03.04	Dividendos pagos	-44	-1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	12.917	1.829
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	105.745	87.664
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	118.662	89.493

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	119.565	0	121.129	0	-2.246	238.448	11	238.459
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	119.565	0	121.129	0	-2.246	238.448	11	238.459
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.160	1.558	21.718	8	21.726
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.864	0	19.864	8	19.872
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	296	1.558	1.854	0	1.854
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	296	-296	0	0	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada no Exterior	0	0	0	0	1.854	1.854	0	1.854
5.07	Saldos Finais	119.565	0	121.129	20.160	-688	260.166	19	260.185

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	99.565	0	139.193	0	-6.912	231.846	10	231.856
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.565	0	139.193	0	-6.912	231.846	10	231.856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.924	6.763	839	4	843
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.224	0	-6.224	4	-6.220
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	300	6.763	7.063	0	7.063
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	300	-300	0	0	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada no Exterior	0	0	0	0	7.063	7.063	0	7.063
5.07	Saldos Finais	99.565	0	139.193	-5.924	-149	232.685	14	232.699

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	291.116	297.541
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	292.312	299.471
7.01.02	Outras Receitas	-1.702	-1.178
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.903	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.397	-752
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-115.645	-152.394
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-94.761	-111.361
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.123	-41.560
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	239	527
7.03	Valor Adicionado Bruto	175.471	145.147
7.04	Retenções	-9.843	-9.392
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.843	-9.392
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	165.628	135.755
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.000	25.178
7.06.02	Receitas Financeiras	11.000	25.178
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	176.628	160.933
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	176.628	160.933
7.08.01	Pessoal	53.714	52.496
7.08.01.01	Remuneração Direta	45.521	44.897
7.08.01.02	Benefícios	5.185	4.561
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.008	3.038
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	72.980	66.512
7.08.02.01	Federais	37.774	31.781
7.08.02.02	Estaduais	34.687	34.315
7.08.02.03	Municipais	519	416
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.062	48.145
7.08.03.01	Juros	26.449	44.802
7.08.03.02	Aluguéis	3.613	3.343
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	19.872	-6.220
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	19.864	-6.224
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	8	4

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO 1T17

A PBG S.A. (BM&FBovespa: PTBL3 NM), atual denominação da Portobello S.A., apresenta seus resultados referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2017. As informações financeiras apresentadas neste documento são derivadas das informações financeiras trimestrais consolidadas da PBG S.A., elaboradas de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

Sobre a PBG S.A.

A PBG S.A. é hoje a maior empresa de revestimentos cerâmicos do Brasil, com receita bruta anual de R\$ 1,3 bilhões. Suas vendas, acima de 40 milhões de metros quadrados, atendem o mercado interno, por meio da rede Portobello Shop, *home centers*, incorporadoras e construtoras, além de clientes dos cinco continentes, com as marcas Portobello e Pointer.

DESTAQUES

- **RECEITA LÍQUIDA** de R\$ **236** milhões, **semelhante** ao 1T16;
- **LUCRO BRUTO** de R\$ **96** milhões, **7% acima** do 1T16. E **MARGEM BRUTA** de **41%**, a **melhor** margem trimestral da Companhia em 15 anos;
- **EBITDA** atinge R\$ **53** milhões, com margem EBITDA de 22%. EBITDA ajustado de R\$ 32 milhões, com margem de 14%;
- **LUCRO** líquido de R\$ **20** milhões;
- **Redução** do **ENDIVIDAMENTO** líquido no montante de R\$ 42 milhões, **9%** inferior ao 1T16, com **redução** significativa da **relação dívida/EBITDA**.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro trimestre de 2017 apresentou um desempenho em linha com as expectativas da Companhia. A leve retomada da economia e melhora das expectativas de consumo trouxeram algum otimismo ao mercado. O início da redução da taxa de juros e controle inflacionário também indicam um cenário favorável para retomada do crescimento e melhora de rentabilidade do grupo PBG.

A receita no 1T17 somou R\$ 236 milhões, praticamente igual ao 1T16. Segundo a Abramet, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento deflacionado apresentou queda de 6,6% entre o 1T17 e o 1T16, o que aponta para o ganho de *market share* da Companhia no setor.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita no mercado interno caiu 4%, justificada pela opção da Companhia pela venda de volumes menores, mas com um *mix* mais rentável. A margem bruta consolidada apresentou um ganho de 4pp entre 1T17 e 1T16. No mercado externo, houve um crescimento de 5% em Reais impactado diretamente pelo aumento de exportações. Foram US\$ 13 milhões no primeiro trimestre de 2017, o que representa um aumento de 33% em relação ao 1T16.

No âmbito corporativo, houve avanços importantes em gestão de despesas. A revisão e otimização de gastos através da metodologia de Orçamento Base Zero em 2016, já provocou reduções em 2017. E a readequação dos novos negócios ao contexto atual de mercado permitiu uma melhor relação entre as despesas e a receita líquida. Estas ações somadas ao aumento da margem bruta permitiram uma melhora na margem EBITDA ajustada de 5 pp. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 53 milhões e o lucro líquido R\$ 20 milhões no 1T17.

A rede de franquias Portobello Shop está atualmente com 143 lojas e recebeu em 2017, mais uma vez, o Selo de Excelência em Franchising 2017, consolidando o diferencial competitivo da rede que conta com linha exclusiva de produtos, atendimento personalizado e serviços que auxiliam na compra e desenvolvimento da obra. Neste segmento, as lojas próprias apresentaram resultados positivos no 1T17 e melhora significativa da sua performance econômica quando comparada ao 1T16.

Na marca Pointer, houve o aumento nos preços de venda e melhora das margens brutas, pela venda de um *mix* de produtos mais rentável. O novo negócio colaborou com o incremento das vendas do período e apresenta sinais de avanço para alcançar o equilíbrio financeiro. Continua em andamento o plano de otimização e adequação da fábrica e marca Pointer. Desta forma, na planta de Alagoas, a produção permanece abaixo da capacidade produtiva para adequar os níveis de estoque à demanda.

Na planta de Tijucas, a produção alcançou um novo recorde de volume em março. No 1T17, os custos fabris foram positivamente afetados pela redução do preço do gás natural. E a fábrica mantém as iniciativas de otimização contínua da estrutura fabril.

O desempenho favorável do primeiro trimestre suporta a confiança da Companhia em sua estratégia, modelo de negócio, gestão e diferenciais competitivos. E reafirma-se que ao longo de 2017 serão perceptíveis os ganhos naturais de uma empresa competitiva e bem estruturada.

Comentário do Desempenho

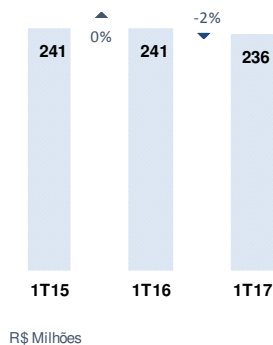
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	R\$ mil	1T15	1T16	1T17	▲%
DESEMPENHO	Receita bruta	305.231	307.444	296.203	-4%
	Receita líquida	241.356	241.361	235.634	-2%
	Lucro bruto	91.191	89.572	95.877	7%
	Margem bruta	37,8%	37,1%	40,7%	3,6 p.p.
	EBIT	30.672	12.661	42.877	239%
	Margem EBIT	12,7%	5,2%	18,2%	13 p.p.
	Resultado financeiro	(13.904)	(19.620)	(15.445)	-21%
	Lucro líquido	10.789	(6.220)	19.872	-419%
	Margem líquida	4,5%	-2,6%	8,4%	11 p.p.
	EBITDA	37.156	22.053	52.720	139%
	Margem EBITDA	15,4%	9,1%	22,4%	13,2 p.p.
INDICADORES	Liquidez corrente	1,1	1,4	1,3	(0,16)
	Dívida líquida	431.085	478.994	437.366	-9%
	Dívida líquida/EBITDA	2,4	3,2	3,0	(0,16)
	Dívida líquida/PL	1,8	2,1	1,7	(0,38)
PTBL3	Cotação fechamento	3,70	2,08	2,89	39%
	Valor de mercado	586.408	329.656	458.032	

Receita Líquida

Receita Líquida



A receita líquida consolidada totalizou R\$ 236 milhões no 1T17, mantendo um desempenho praticamente igual ao mesmo período do ano anterior.

A receita líquida do mercado interno representou 83% do total e caiu 4% em relação a 1T16. A redução acompanha a retração do mercado. De acordo com a ABRAMAT, o mercado interno de materiais de acabamento no 1T17 apresentou redução de 6,6% (deflacionado) no faturamento bruto em relação a 1T16.

No mercado externo, as vendas cresceram 5% em relação ao 1T16. As exportações neste trimestre alcançaram 13 milhões de Dólares, sendo 40% deste montante faturado em março, mês em que a Companhia superou seu recorde histórico de exportações.

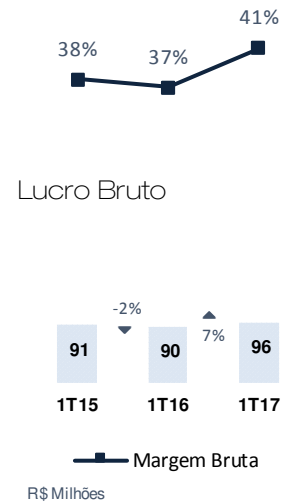
	1T15	1T16	1T17	▲%
Receita líquida	241.356	241.361	235.634	-2%
Mercado Interno	211.730	202.493	194.796	-4%
Mercado Externo	29.626	38.868	40.838	5%

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 96 milhões no primeiro trimestre de 2017, apresentando crescimento de 7% em relação ao primeiro trimestre 2016. A margem bruta apresentou ganho de 4 pp, afetada pela venda de um *mix* de produtos com maior rentabilidade. Há 15 anos a Companhia não apresentava uma margem trimestral tão alta. O bom desempenho é resultado dos esforços para qualificação das vendas com produtos mais rentáveis e de maior valor agregado, apesar do menor volume de vendas.



Resultado Operacional

As despesas com vendas totalizaram R\$ 57 milhões no 1T17, sendo 7% inferiores ao mesmo período do ano anterior, reflexo principalmente do aumento na eficiência dos gastos com operadores logísticos e adequação da sua capacidade de operação. As despesas com fretes e estrutura logística representam 17% das despesas comerciais. A Companhia acredita que a construção de uma estrutura de distribuição mais eficaz é um diferencial importante para o posicionamento da empresa no mercado via melhora na qualidade do serviço.

Em relação à receita líquida, as despesas com vendas representaram 24% no 1T17, semelhante ao desempenho do 1T16. A Companhia entende que este é o valor adequado para suportar sua operação atualmente.

	1T15	%RL	1T16	%RL	1T17	%RL	▲%
Despesas operacionais	(60.519)	25%	(76.911)	32%	(53.000)	22%	-31%
Vendas	(44.873)	19%	(61.146)	25%	(56.686)	24%	-7%
Gerais e administrativas	(7.534)	3%	(8.911)	4%	(8.275)	4%	-7%
Outras receitas (despesas)	(8.112)	3%	(6.854)	3%	11.961	-5%	-275%

As despesas administrativas totalizaram R\$ 8 milhões, 7% menores do que o mesmo período de 2016. Em relação à receita líquida, elas passaram de 3,7% no 1T16 para 3,5% em 1T17, sobretudo pela adequação da estrutura para a operação Pointer/Alagoas e revisão da estrutura de gastos realizada no final de 2016.

As outras receitas/despesas operacionais no 1T17 foram impactadas positivamente pela reversão da provisão para contingência tributária referente à exclusão do ICMS da base de cálculo da apuração de Pis/Cofins, no montante de R\$ 20 milhões. Em março o Superior Tribunal Federal se posicionou favorável ao entendimento de que o ICMS não deve compor a base de apuração dos impostos Pis/Cofins, o que permitiu à Companhia alterar o entendimento sobre o assunto e reverter a provisão para perda. Foram cerca de R\$ 20 milhões revertidos contra outras receitas operacionais e R\$ 3 milhões na rubrica de receitas financeiras. A decisão também altera doravante a tributação das vendas a partir de março de 2017. Os impactos na Receita Líquida serão percebidos ao longo do ano.

Comentário do Desempenho

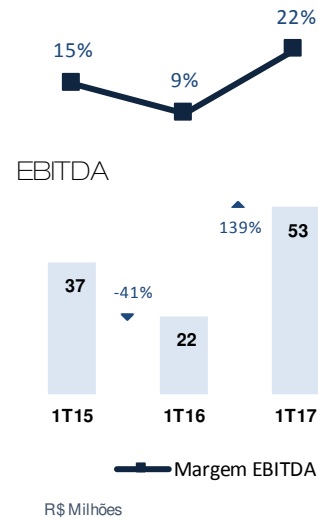
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As outras receitas/despesas operacionais no 1T17 foram ainda negativamente impactadas pelo custo de ociosidade no valor de R\$ 4 milhões, para adequação da produção aos volumes de vendas da fábrica no Nordeste.

EBITDA

A Companhia encerra o primeiro trimestre com EBITDA de R\$ 53 milhões, o que representa um crescimento de 139% sobre o mesmo período de 2016 e margem de 22%.

Neste trimestre o EBITDA foi impactado positivamente pela reversão da provisão para contingência tributária referente à exclusão do ICMS da base de cálculo da apuração de Pis/Cofins. Se desconsiderado o efeito da reversão, o EBITDA seria de R\$ 32 milhões, 47% acima do 1T16.



	1T15	1T16	1T17	▲%	%RL
Lucro líquido	10.789	(6.220)	19.872	-419%	8%
(+) Resultado financeiro	13.904	19.620	15.445	-21%	7%
(+) Depreciação e amortização	6.484	9.392	9.843	5%	4%
(+) Impostos sobre lucro	5.979	(739)	7.560	-1123%	3%
EBITDA	37.156	22.053	52.720	139%	22%
(+) Pré-Oper Fábrica Alagoas /	3.602	-	(20.248)		
(-) Reversão Provisão Tributária					
EBITDA ajustado	40.758	22.053	32.472	47%	
%RL	17%	9%	14%		

Lucro Líquido

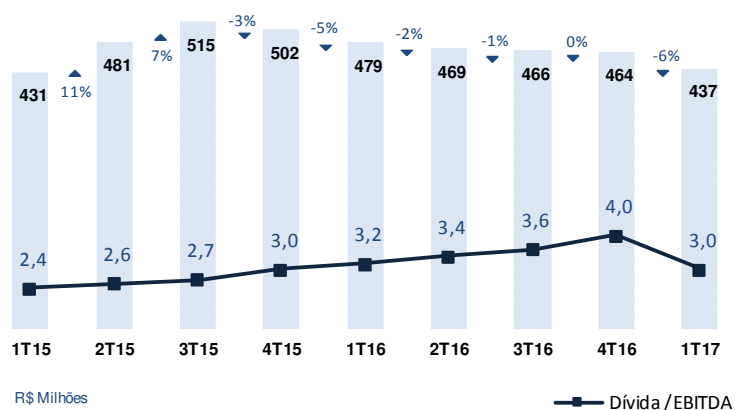
O 1T17 apresentou lucro líquido de R\$ 20 milhões, superior ao mesmo período do ano anterior, impactado principalmente pela reversão da provisão para contingência tributária referente à exclusão do ICMS da base de cálculo da apuração de Pis/Cofins.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ENDIVIDAMENTO / ESTRUTURA DE CAPITAL

Dívida Líquida



O endividamento líquido da Companhia totalizou R\$ 437 milhões ao fim de março de 2017, o que equivale a 3,0X o EBITDA dos últimos 12 meses e a 1,7X o patrimônio líquido. Nos últimos 18 meses houve a redução constante do endividamento líquido, e no 1T17 foi alcançado o mesmo patamar do 1T15. Além disso, após subsequentes trimestres com aumento, o nível de alavancagem financeira da Companhia, medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA,

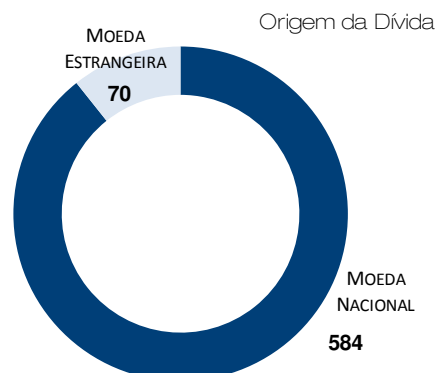
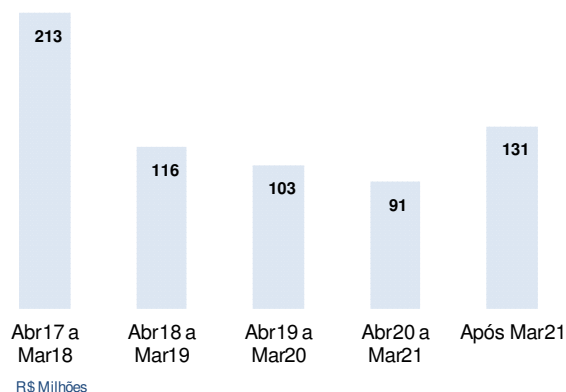
sofreu uma significativa redução, saindo de 4,0x no 4T16 para 3,0x no 1T17.

Em março de 2017, já foi obtido “*waiver*” para a cláusulas mínimas de “*covenants*” que não foram atingidas no contrato de financiamento junto ao DEG. Em relação às debêntures, a Companhia mantém-se dentro dos novos limites aprovados pelos debenturistas na renegociação de agosto de 2016.

	Mar-15	Mar-16	Mar-17	▲ R\$
Endividamento Bancário	574.997	661.399	575.646	(85.753)
Endividamento Tributário	84.125	81.772	78.029	(3.743)
(=) Endividamento bruto	659.122	743.171	653.675	(89.496)
(+) Disponibilidades	(137.503)	(177.963)	(125.293)	52.670
(+) Créditos partes relacionadas	(90.534)	(86.214)	(91.016)	(4.802)
(=) Endividamento líquido	431.085	478.994	437.366	(41.628)
EBITDA (últimos 12 meses)	178.087	151.650	145.979	(5.671)
<i>Dívida líquida / EBITDA</i>	<i>2,4</i>	<i>3,2</i>	<i>3,0</i>	
<i>Dívida líquida / PL</i>	<i>1,8</i>	<i>2,1</i>	<i>1,7</i>	

O saldo do endividamento bruto está dividido em 33% com vencimento no curto prazo e 67% no longo prazo.

Cronograma de Amortização
(endividamento bruto)



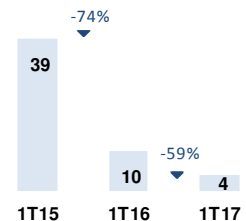
Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INVESTIMENTOS

No 1T17, os investimentos em ativos fixos foram contidos e totalizaram R\$ 4 milhões. Deste montante, R\$ 3 milhões (71%) correspondem à preparação do parque fabril em Tijucas para produção de produtos com maior valor agregado. Os demais investimentos foram destinados a adequações no parque fabril Alagoas (19%) e sistemas (10%).

Investimentos

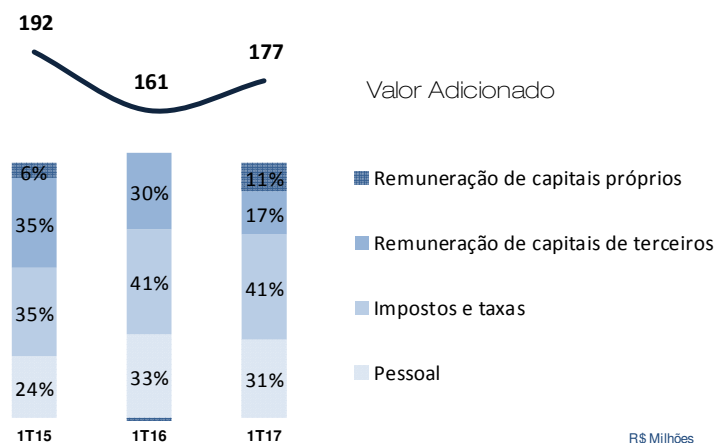


REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS E DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA

Serão distribuídos dividendos totais de 25% referente ao exercício de 2016, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017. O montante a pagar será de R\$ 505 mil e a data de pagamento é 1º de junho de 2017. Desta forma, a remuneração total dos acionistas referente ao exercício de 2016 representará um *yield* (dividendo por ação dividido pela cotação final da ação) de 0,16%.

VALOR ADICIONADO

O valor adicionado no 1T17 totalizou R\$ 177 milhões (R\$ 161 milhões no 1T16). Deste montante, 41% foi destinado a tributos, 31% para remuneração do trabalho (pessoal), 17% para remuneração de terceiros e 11% retido como lucro do período.



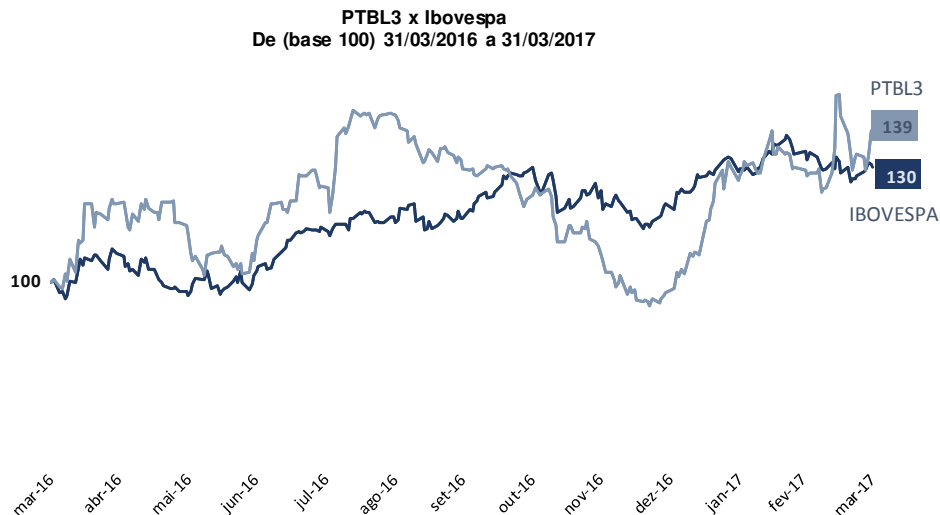
R\$ Milhões

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESEMPENHO DAS AÇÕES PTBL3

As ações ordinárias emitidas pela PBG S.A., negociadas na BM&FBovespa sob o código PTBL3, encerraram o último pregão de março de 2017 cotadas a R\$ 2,89, resultando em uma valorização de 39% nos últimos 12 meses, sendo que no mesmo período o Ibovespa cresceu 30%.



O volume financeiro médio negociado nos últimos doze meses foi de R\$ 20 milhões, apresentando um aumento de 290% frente aos R\$ 5,1 milhões do mesmo período anterior. Ao final do 1T17, a PBG S.A. apresentava um valor de mercado equivalente a R\$ 458 milhões (R\$ 330 milhões em março de 2016).

PERSPECTIVAS

- Após dois anos de forte recessão, 2017 inicia-se com expectativas de estabilização gradual da atividade econômica do setor e crescimento do PIB, bem como redução da inflação e, por consequência, da taxa de juros;
- O mercado de construção civil apresenta sinais de retomada no varejo e, na Engenharia, ainda sinais de recessão;
- Internamente, a Companhia mantém o foco para a qualificação do *mix* de vendas, buscando ganho de margem;
- A Portobello Shop continua com a estratégia de expansão da área de vendas e exposição. Para 2017, o alvo é aumentar o número de unidades na rede em 6%;
- O controle diligente de custos e despesas vem sendo mantido. A perspectiva é que a melhora nos custos fabris causada pela redução do custo do gás natural se estenderá para todo ano de 2017;
- A fábrica de Alagoas e a marca Pointer continuam no plano de adequação ao contexto do mercado atual. E a expectativa é que o negócio alcance melhor rentabilidade, mesmo com a previsão de uma recuperação mais lenta para o mercado no Nordeste;
- A Administração manterá os esforços para redução do endividamento e melhora da relação dívida/EBITDA. As ações estão voltadas para disciplina na gestão de caixa, diminuição do capital de giro e preservação da liquidez;

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- São mantidas as ações para rentabilização dos ativos existentes e não estão previstos investimentos significativos para 2017;
- A Companhia continua confiante nos seus diferenciais competitivos e reafirma seus esforços pela melhora do resultado.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A política da PBG S.A. em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se fundamenta nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente. Durante o primeiro trimestre de 2017, a Companhia não contratou os auditores independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Cesar Bastos Gomes	Presidente
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente (Diretor Presidente)
Nilton Torres de Bastos Filho	Conselheiro
Roberto Alves de Souza Waddington	Conselheiro (Independente)
Plínio Villares Musetti	Conselheiro (Independente)
Glauco José Côrte	Conselheiro (Independente)
Mário José Gonzaga Petrelli	Conselheiro (Independente)

Diretoria

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente
John Shojiro Suzuki	Diretor Financeiro/Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira	Diretor Corporativo

TELECONFERÊNCIA COM WEBCAST

Quinta-feira, 11 de maio de 2017 às 10h será realizada a teleconferência em português dos resultados referentes ao ano de 2016.

Dados para conexão:

Telefone: +55 11 3193-1001

Senha: PORTOBELLO

Para aqueles que não puderem acompanhar as teleconferências ao vivo, será disponibilizada a íntegra do áudio com acesso diretamente pelo web site da companhia (www.portobello.com.br/ri).

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial

Ativo	31-mar-17	31-dez-16	Passivo	31-mar-17	31-dez-16
Circulante	543.226	535.369	Circulante	426.023	409.155
Disponibilidades	118.662	105.745	Empréstimos/Debêntures	202.549	197.004
Contas a Receber	205.252	215.379	Fornecedores e Cessão de Crédito	133.219	124.451
Estoques	186.649	185.880	Impostos e Contribuições Sociais	26.724	25.188
Impostos a Recuperar	13.015	19.079	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.170	27.155
Despesas antecipadas	7.263	3.530	Adiantamentos de Clientes	16.073	17.977
Outros	12.385	5.756	Dividendos a pagar	871	915
			Outros	15.417	16.465
Não Circulante	706.279	701.991	Não Circulante	563.297	589.746
Realizável a Longo Prazo	257.791	247.847	Empréstimos/Debêntures	373.097	389.657
Depósitos Judiciais	84.392	81.742	Fornecedores	71.137	68.990
Impostos a Recuperar	5.649	6.124	IR e CSLL Diferidos	12.709	3.250
Ativo Tributário	27.567	26.735	Parcelamento Obrigações Tributárias	67.992	69.342
Créditos Partes Relacionadas	91.016	89.423	Provisões	38.362	58.507
Recebíveis da Eletrobrás	32.208	32.208			
Outros Ativos Não Circulante	16.959	11.615			
Investimentos	266	243	Patrimônio Líquido	260.185	238.459
Imobilizado	428.717	433.348	Capital Social	119.565	119.565
Intangível	19.505	20.553	Reservas de Lucro	121.129	121.129
			Outros Resultados Abrangentes	(688)	(2.246)
			Lucros Acumulados	20.160	-
			Part Acionistas Não Controladores	19	11
Total do Ativo	1.249.505	1.237.360	Total do Passivo	1.249.505	1.237.360

Visite o site de Relações com Investidores: www.portobello.com.br/ri

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A PBG S.A, também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 17 de agosto de 2015, e que detém em 31 de março de 2017, 54% das ações da sociedade. Os 46% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede com 143 lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra seis lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica constituída no nordeste, e que atualmente esta sem operações; (v) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que atualmente está inativa.

2 Apresentação das informações intermediárias

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

O que difere a apresentação entre controladora e consolidado é o registro da provisão para perda em investimentos, que não é requerido no IFRS.

Desta forma, o registro da equivalência negativa, de acordo com o BR GAAP, é o motivo das demonstrações não estarem apresentadas em *dual compliance*.

As referidas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração de Demonstrações Financeiras (DFP).

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 04 de maio de 2017.

b) Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 01 de janeiro de 2017.

- Iniciativa de divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7 e Deliberação CVM nº 761/2016)
-

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não prevê adoção de forma antecipada.

- **Instrumentos financeiros (CPC 38/ IFRS 9)**

A alteração inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

O impacto efetivo dessa adoção nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018, quando a norma entra em vigor, não pode ser estimado com confiança, pois dependerá do cenário da Companhia e das condições econômicas, bem como de decisões e julgamentos contábeis futuros. A nova norma exigirá que os processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros sejam revisados. A Companhia ainda não realizou uma avaliação preliminar dos eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento.

- **IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes:** O pronunciamento estabelece princípios para uma entidade reconhecer a receita na transferência de produtos ou serviços no montante em que reflita o que a entidade espera receber em troca do produto entregue ou serviço prestado. A norma ainda estabelece 5 passos para o reconhecimento da receita. Adicionalmente fornece instruções para a divulgação das informações aos usuários sobre a natureza, quantidade, tempestividade e a incerteza das receitas e fluxo de caixa decorrentes dos contratos da entidade com clientes. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento.

3 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais de 31 de março de 2017 são os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como, o conteúdo e valores de determinadas notas explicativas que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas. Essas demonstrações contábeis, portanto, devem ser lidas em conjunto.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis permanecem os mesmos detalhados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber	45.751	43.969	45.751	43.969
Conta corrente	13.462	1.186	13.462	1.186
Créditos com controladas	64.870	66.727	-	-
Ativos expostos	124.083	111.882	59.213	45.155
Provisão para perdas em investimentos	(64.818)	(66.647)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(11.947)	(9.317)	(11.947)	(9.317)
Empréstimos e financiamentos	(69.680)	(77.402)	(69.680)	(77.402)
(-) Operação Swap	15.876	21.778	15.876	21.778
Passivos expostos	(130.569)	(131.588)	(65.751)	(64.941)
Exposição líquida	(6.486)	(19.706)	(6.538)	(19.786)

	Em Euro				Em Dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber	349	367	349	367	10.031	9.887	10.031	9.887
Conta corrente	-	-	-	-	4.249	364	4.249	364
Créditos com controladas	-	-	-	-	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(20.458)	(20.448)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(345)	(282)	(345)	(282)	(3.407)	(2.567)	(3.407)	(2.567)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(21.992)	(23.750)	(21.992)	(23.750)
(-) Operação Swap	-	-	-	-	5.011	19.624	5.011	19.624
	4	85	4	85	(6.092)	3.584	(6.108)	3.558

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados em até um ano de suas exportações.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *Swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *Swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *Swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados, a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (notional) acordados entre as partes.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme nota explicativa nº 6.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Controladora							
	31 de março de 2017				31 de dezembro de 2016			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	201.747	802	107.260	9.967	196.975	782	98.557	9.788
Entre um e dois anos	201.205	141	71.137	20.516	224.882	349	68.990	20.158
Entre dois e cinco anos	153.136	-	-	30.774	146.726	-	-	30.237
Acima de cinco anos	25.097	-	-	16.244	25.134	-	-	18.479
	<u>581.185</u>	<u>943</u>	<u>178.397</u>	<u>77.501</u>	<u>593.717</u>	<u>1.131</u>	<u>167.547</u>	<u>78.662</u>

*A diferença entre o total de empréstimos apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec, vide nota explicativa 22a).

	Consolidado							
	31 de março de 2017				31 de dezembro de 2016			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	201.747	802	112.613	10.037	196.975	782	102.929	9.857
Entre um e dois anos	202.432	141	71.137	20.656	226.071	349	68.990	20.296
Entre dois e cinco anos	153.136	-	-	30.984	146.726	-	-	30.444
Acima de cinco anos	25.097	-	-	16.352	25.134	-	-	18.602
	<u>582.412</u>	<u>943</u>	<u>183.750</u>	<u>78.029</u>	<u>594.906</u>	<u>1.131</u>	<u>171.919</u>	<u>79.199</u>

* A diferença entre o total de empréstimos apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec, vide nota explicativa 22a).

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic.

Em 31 de março de 2017 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 12,13% e Selic de 11,25%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Operação	31 de março de 2017	Risco	Consolidado em Reais					
			Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações (remuneradas 99,4% CDI)	101.502	Baixa CDI	12,13%	12.238	9,10%	9.179	6,07%	6.119
	101.502			12.238		9.179		6.119
Operação								
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(112.338)	Alta CDI	12,13%	(13.627)	15,16%	(17.033)	18,20%	(20.440)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(14.727)	Alta CDI	12,13%	(1.786)	15,16%	(2.233)	18,20%	(2.680)
Debêntures	(207.864)	Alta CDI	12,13%	(25.214)	15,16%	(31.517)	18,20%	(37.821)
Parcelamento	(78.029)	Alta Selic	11,25%	(8.778)	14,06%	(10.973)	16,88%	(13.167)
	(412.958)			(49.405)		(61.756)		(74.108)

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável.

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de março de 2017 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas informações trimestrais. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	31 de março de 2017	Consolidado em Reais					
		Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	45.751	3,340	2.478	4,175	11.438	5,010	22.876
Conta corrente	13.462	3,340	729	4,175	3.366	5,010	6.731
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(11.947)	3,340	(647)	4,175	(2.987)	5,010	(5.974)
Empréstimos e financiamentos	(69.680)	3,340	(3.774)	4,175	(17.420)	5,010	(34.840)
(-) Operação Swap	15.876	3,340	860	4,175	3.969	5,010	7.938
Exposição líquida	(6.538)	3,340	(354)	4,175	(1.634)	5,010	(3.269)

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável, baseada no Relatório Focus do Bacen de 17 de abril de 2017.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2017 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Empréstimos e financiamentos	574.419	585.472	575.646	586.661
Parcelamento de obrigações tributárias	77.501	78.662	78.029	79.199
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(108.539)	(100.085)	(118.662)	(105.745)
Créditos com outras pessoas ligadas	(91.016)	(89.423)	(91.016)	(89.423)
Aplicações Financeiras	(6.631)	(6.451)	(6.631)	(6.451)
Dívida líquida	445.734	468.175	437.366	464.241
Total do patrimônio líquido	260.166	238.448	260.185	238.459
Total do capital	705.900	706.623	697.551	702.700
Índice de alavancagem financeira (%)	63	66	63	66

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativos, empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	108.539	100.085	118.662	105.745
Contas a receber de clientes	191.941	202.658	205.252	215.379
Créditos com outras pessoas ligadas	91.016	89.423	91.016	89.423
Ativos, avaliados pelo valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	6.631	6.451	6.631	6.451
Derivativos	197	-	197	-
	<u>398.324</u>	<u>398.617</u>	<u>421.758</u>	<u>416.998</u>
Passivo, outros passivos financeiros				
Fornecedores e Cessão	127.866	120.079	133.219	124.451
Empréstimos, financiamentos e debêntures	574.419	585.472	575.646	586.661
Parcelamento de obrigações tributárias	77.501	78.662	78.029	79.199
Derivativos	-	2.452	-	2.452
	<u>779.786</u>	<u>786.665</u>	<u>786.894</u>	<u>792.763</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Conta corrente	15.053	6.211	17.160	11.172
Aplicações financeiras	93.486	93.874	101.502	94.573
	<u>108.539</u>	<u>100.085</u>	<u>118.662</u>	<u>105.745</u>

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em março de 2017 foi equivalente a 99,4% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

7 Instrumentos financeiros

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante e não circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

A Companhia possui operações de *Swap*, que visam proteger os pagamentos futuros dos empréstimos e financiamentos nas modalidades abaixo, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Estas operações estão classificadas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

a) Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 50.000 ao custo de 9,8% ao ano pré-fixado, mas com Swap para CDI+1,60% ao ano e prazo de pagamento em 60 meses com carência de 24 meses. As amortizações são semestrais.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Em novembro de 2014 a Companhia celebrou uma operação de Crédito Exportação (NCE) no valor de US\$ 15.000, equivalente a R\$ 37.600 ao custo de 1,65% a.a + LIBOR-03 + variação cambial, ao ano, com Swap para 109% CDI ao ano e prazo de pagamento em 36 meses com carência de 11 meses. As amortizações são trimestrais. Este contrato foi repactuado em junho de 2015 e posteriormente em agosto de 2015 para ajuste da paridade inicial da operação.

O valor justo dos ganhos e perdas destas operações de Swap foi registrado, na rubrica "Outros" no passivo circulante em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Contratos	Vencimento	Valor Notional	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
a) Lei nº 4.131	dez-17	14.727	(212)	(55)
b) Crédito Exportação	nov-17	15.876	(1.979)	(2.200)
		30.603	(2.191)	(2.255)

A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	149.175	158.989	162.486	171.710
Mercado externo	45.751	43.969	45.751	43.969
	194.926	202.958	208.237	215.679
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	1.260	2.548	1.260	2.548
	1.260	2.548	1.260	2.548
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(4.245)	(2.848)	(4.245)	(2.848)
	(4.245)	(2.848)	(4.245)	(2.848)
	191.941	202.658	205.252	215.379

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação provisionados e não provisionados

	Controladora							
	31 de março de 2017	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2016	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	189.261	188.727	-	534	191.258	191.258	-	-
Vencidos até 30 dias	1.579	-	1.428	151	5.733	-	5.733	-
Vencidos de 31 a 90 dias	1.331	-	1.146	185	2.011	-	1.908	103
Vencidos de 91 a 180 dias	1.070	-	389	681	1.251	-	824	427
Vencidos de 181 a 360 dias	1.338	-	210	1.128	4.388	-	2.904	1.484
Vencidos há mais de 360 dias	1.607	-	41	1.566	865	-	31	834
	196.186	188.727	3.214	4.245	205.506	191.258	11.400	2.848

	Consolidado							
	31 de março de 2017	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2016	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	198.512	197.978	-	534	203.154	203.154	-	-
Vencidos até 30 dias	2.721	-	2.570	151	6.144	-	6.144	-
Vencidos de 31 a 90 dias	2.653	-	2.468	185	2.191	-	2.088	103
Vencidos de 91 a 180 dias	1.939	-	1.258	681	1.298	-	871	427
Vencidos de 181 a 360 dias	1.583	-	455	1.128	4.570	-	3.086	1.484
Vencidos há mais de 360 dias	2.089	-	523	1.566	870	-	36	834
	209.497	197.978	7.274	4.245	218.227	203.154	12.225	2.848

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 22. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de março de 2017, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 81.660 (R\$ 83.642 em 31 de dezembro de 2016).

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Produtos acabados	154.909	152.789	155.176	153.064
Produtos em processo	5.704	6.279	5.704	6.279
Matérias-primas e materiais de consumo	32.365	31.693	32.365	31.693
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(9.000)	(9.496)	(9.000)	(9.496)
Importações em andamento	2.404	4.340	2.404	4.340
	186.382	185.605	186.649	185.880

10 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Mercado interno	3.312	2.428	4.745	2.040
Mercado externo	695	597	695	597
	4.007	3.025	5.440	2.637

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante				
ICMS	7.815	8.060	8.279	8.524
IPI (a)	2.354	1.948	2.701	2.295
IRPJ/CSLL	292	4.330	670	5.017
PIS/COFINS	-	-	427	427
INSS	240	2.496	240	2.496
Outros	546	109	698	320
	<u>11.247</u>	<u>16.943</u>	<u>13.015</u>	<u>19.079</u>
Não circulante *				
ICMS	3.029	3.051	3.029	3.051
PIS/COFINS	2.620	3.073	2.620	3.073
	<u>5.649</u>	<u>6.124</u>	<u>5.649</u>	<u>6.124</u>

* Impostos a recuperar decorrentes de aquisições de ativo imobilizado.

a) Redução dos percentuais das alíquotas de IPI

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de março de 2014 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

12 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e “Refinadora” firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de março de 2017, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 91.015 (R\$ 89.423 em 31 de dezembro de 2016) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04. As parcelas 05 e 06 já estão depositadas para a Refinadora, porém o repasse depende de alvará de liberação, que está em andamento.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

13 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa nº 26) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Cível (a)	71.190	69.043	71.214	69.061
Trabalhista	8.170	8.111	8.170	8.111
Tributária	4.977	4.539	5.008	4.570
	<u>84.337</u>	<u>81.693</u>	<u>84.392</u>	<u>81.742</u>

a) A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo.

14 Recebíveis da Eletrobras

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobras visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução e reconheceu o valor apurado pela perícia judicial atualizando mensalmente pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Após esse período o cálculo foi submetido à revisões apuradas pela contadoria da Justiça Federal.

Em 2014, a Eletrobras foi condenada ao pagamento de R\$ 35.395 apurado pela perícia com data base de agosto de 2013. A Companhia contestou esta decisão, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos os critérios adotados na quantificação do valor da condenação,

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, em julho de 2014 a Companhia decidiu interromper a atualização do ativo, até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo.

Após o transito em julgado do processo de liquidação de sentença, um perito contábil foi contratado para quantificar o crédito, que será objeto de futura ação de execução de sentença. O laudo pericial apresentou um valor R\$ 16.413 menor do que o reconhecido pela Companhia. O saldo foi baixado em 2016, sendo que R\$ 9.562 eram atualizações que foram revertidas contra o resultado financeiro e R\$ 6.851 reconhecidos em outras despesas operacionais. O valor do ativo em 31 de março de 2017 é de R\$ 32.208 (R\$ 32.208 em 31 de dezembro de 2016).

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de
	março de	dezembro	março de	dezembro	março de	dezembro	março de	dezembro
	2017	de 2016	2017	de 2016	2017	de 2016	2017	de 2016
Imposto de renda	95	4.137	438	4.716	-	-	(1.322)	(227)
Contribuição social	197	193	232	301	-	-	(467)	(84)
	292	4.330	670	5.017	-	-	(1.789)	(311)

Os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de
	março de	dezembro	março de	dezembro
	2017	de 2016	2017	de 2016
Prejuízos fiscais	10.023	7.393	14.371	11.741
Diferenças temporárias ativas	27.804	35.295	27.809	35.300
Variações cambiais pelo regime de caixa	5.740	6.207	5.740	6.207
Provisão para ajuste a valor de mercado	2.193	2.494	2.193	2.494
Provisão para contingências	9.343	8.914	9.343	8.914
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	-	7.969	-	7.969
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	3.216	2.486	3.216	2.486
Outras diferenças temporárias ativas	7.312	7.225	7.317	7.230
Diferenças temporárias passivas	(50.536)	(50.291)	(50.536)	(50.291)
Portobello previdência	(1.485)	(1.485)	(1.485)	(1.485)
Realização da reserva de reavaliação	(18.938)	(19.091)	(18.938)	(19.091)
Recebíveis da Eletrobrás	(10.951)	(10.951)	(10.951)	(10.951)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(9.373)	(9.090)	(9.373)	(9.090)
Ajuste a valor presente	(2.621)	(3.187)	(2.621)	(3.187)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(7.168)	(6.487)	(7.168)	(6.487)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(12.709)	(7.603)	(8.356)	(3.250)
Ativo não circulante	-	-	4.353	-
Passivo não circulante	(12.709)	(7.603)	(12.709)	(3.250)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(12.709)	(7.603)	(8.356)	(3.250)

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação líquida em 31 de março de 2017 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2016	(7.603)	(3.250)
Prejuízos fiscais	2.630	2.630
Diferenças temporárias ativas	(7.491)	(7.491)
Diferenças temporárias passivas	(398)	(398)
Reserva de reavaliação	153	153
Em 31 de março de 2017	(12.709)	(8.356)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferido durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado		
Prejuízos fiscais	2.630	2.901
Variações cambiais pelo regime de caixa	(467)	(2.768)
Provisão para ajuste a valor de mercado	(301)	567
Provisão para contingências	429	203
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	(7.969)	787
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	730	597
Outras diferenças temporárias ativas	87	1.369
	(4.861)	3.656
Realização da reserva de reavaliação	153	154
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(283)	(251)
Ajuste a valor presente	566	207
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(681)	604
	(245)	714
	(5.106)	4.370

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Resultado antes do imposto	24.970	(9.444)	27.432	(6.959)
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	(8.490)	3.211	(9.327)	2.366
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	3.069	1.488	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	314	(103)	314	(103)
Depreciação de ativos reavaliados	(152)	(154)	(152)	(154)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	5.259	(4.442)	6.711	(4.590)
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	-	(2.454)	(2.481)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.106)	3.220	(5.106)	3.220
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(5.106)	3.220	(7.560)	739
Aliquota efetiva	20,4%	34,1%	27,6%	10,6%

16 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal, o valor reconhecido em novembro de 2009, atualizado até 31 de março de 2017 é de R\$ 20.284 (R\$ 19.843 em 31 de dezembro de 2016).

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, referente ao período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, após o trânsito em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do 'quantum' apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados. A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional não se manifestou, ensejando a concordância tácita, operando-se a preclusão. Portanto, o processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu em 2015 o montante apurado pelo perito judicial no valor de R\$ 4.983, e como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e que atualizado até 31 de março de 2017 é de R\$ 7.106 (R\$ 6.891 em 31 de dezembro de 2016).

O montante total do ativo tributário em 31 de março de 2017 é 27.567 (R\$ 26.735 em 31 de dezembro de 2016).

17 Ativos contingentes

O ativo contingente refere-se ao processo judicial 1998.34.00.029022-4 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI'. Com efeito, o processo nº 1998.34.00.029022-4 teve sua liquidação de sentença transitada em julgado em março de 2015. Companhia já está promovendo a execução de sentença. O escritório de advocacia Souza Cescon Barrieu & Flesch, instado a apurar o valor dos créditos judiciais declarados, quantificou o direito da Companhia em face da União Federal em R\$ 112.736, base fevereiro de 2012. Estes valores não são contabilizados pois não atendem os critérios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de cinco empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica "Participação em controladas" e no passivo como "Provisão para perda em investimentos".

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Resultado
Em 31 de dezembro de 2016						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	83	66.730	-	(161)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	11.437	10.718	61.652	3.268
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	22.546	22.066	64.165	15.893
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	1.958	1.713	8.764	547
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	1.654	9.801	(67)	2.994
Em 31 de março de 2017						
Portobello América Inc. e outros	Estados Unidos	100,00%	66	64.884	-	(25)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	11.144	9.110	15.039	1.315
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	31.699	23.450	14.928	7.769
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	1.904	1.596	2.283	63
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	5.793	(220)	-	(95)

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do período é a seguinte:

	Patrimônio líquido	Resultado do período	Percentual de participação	31 de dezembro de 2016	Variações cambiais	Resultado equivalência patrimonial	31 de março de 2017
Investimentos							
Portobello América Inc. e outros	(64.818)	(25)	100%	(66.647)	1.854	(25)	(64.818)
PBTech Ltda.	2.035	1.316	99,94%	719	-	1.315	2.034
Portobello Shop S.A.	8.257	7.777	99,90%	480	-	7.769	8.249
Mineração Portobello Ltda.	309	63	99,76%	245	-	63	308
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	(8.126)	(97)	98,00%	(7.868)	-	(95)	(7.963)
Outros	10			10	-	-	10
Total líquido do investimento em controladas				(73.061)	1.854	9.027	(62.180)
Participação em controladas				1.454			10.601
Provisão para perdas em investimentos				(74.515)			(72.781)

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A controladora PBG S.A. possui um AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) com a controlada Companhia Brasileira de Cerâmica no montante de R\$ 13.976 (R\$ 13.976 em 31 de dezembro de 2016), classificada no ativo não circulante.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Imobilizado

a) Composição

	Taxa média anual de depreciação	Controladora			Consolidado	
		31 de março de 2017		31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		12.141	-	12.141	12.141	13.062
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	203.119	(36.950)	166.169	167.914	162.249
Máquinas e equipamentos	15%	518.512	(287.186)	231.326	236.675	231.327
Móveis e utensílios	10%	9.444	(8.232)	1.212	1.261	1.277
Computadores	20%	18.975	(15.403)	3.572	3.880	3.893
Outras imobilizações	20%	209	(189)	20	22	10.351
Imobilizações em andamento		6.770	-	6.770	3.363	6.919
		769.170	(347.960)	421.210	425.256	428.717
						433.348

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição, (vide nota explicativa nº 30e).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e desde então, periodicamente faz revisões das taxas, e a última alteração foi realizada em 2016.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora						
	31 de dezembro de 2015	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	31 de dezembro de 2016	Adições	Depre-ciação
							31 de março de 2017
Terrenos	12.141	-	-	-	12.141	-	-
Edificações e benfeitorias	164.853	-	10.050	(6.989)	167.914	-	(1.745)
Máquinas e equipamentos	224.665	696	34.627	(23.313)	236.675	312	(5.661)
Móveis e utensílios	1.418	-	37	(194)	1.261	-	(49)
Computadores	4.123	389	597	(1.229)	3.880	-	(308)
Outras imobilizações	30	-	-	(8)	22	-	(2)
Imobilizações em andamento	29.449	19.225	(45.311)	-	3.363	3.407	-
	436.679	20.310	-	(31.733)	425.256	3.719	(7.765)
							421.210

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2015	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	31 de dezembro de 2016	Adições	Depre-ciação
Terrenos	13.062	-	-	-	-	13.062	-	-
Edificações e benfeitorias	163.773	-	10.050	(9.189)	-	164.634	-	(2.385)
Máquinas e equipamentos	224.665	697	34.627	(23.313)	-	236.676	311	(5.660)
Móveis e utensílios	1.440	-	37	(197)	(3)	1.277	-	(50)
Computadores	4.147	396	591	(1.241)	-	3.893	-	(311)
Outras imobilizações	5.494	-	5.038	(8)	(171)	10.353	-	(2)
Imobilizações em andamento	31.613	22.183	(50.343)	-	-	3.453	3.466	-
	444.194	23.276	-	(33.948)	(174)	433.348	3.777	(8.408)

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Custo dos produtos vendidos	6.994	6.837	6.994	6.837
Despesa comercial	522	500	1.162	983
Despesa administrativa	249	254	252	254
	7.765	7.591	8.408	8.074

20 Intangível

a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2017			31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	150	150	150	150	150
Softwares	20%	20.261	(14.068)	6.193	6.193	6.598
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(1.000)	-	619	729
Fundo de comércio	-	-	-	-	6.831	6.831
Softwares em desenvolvimento	-	1.040	1.040	653	1.040	653
Sistema de gestão (a)	21%	18.886	(14.214)	4.672	4.672	5.592
		41.337	(29.282)	12.055	19.505	20.553

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação do intangível

	Controladora							
	31 de dezembro de 2015	Adições	Amortizações	Transferência	Baixas	31 de dezembro de 2016	Adições	Amortizações
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150	-	-
Softwares	2.032	548	(1.172)	5.190	-	6.598	-	(405)
Direito exploração de jazidas	773	-	(29)	-	(744)	-	-	-
Softwares em desenvolvimento	5.315	528	-	(5.190)	-	653	387	-
Sistema de gestão	9.540	-	(3.948)	-	-	5.592	-	(920)
	17.810	1.076	(5.149)	-	(744)	12.993	387	(1.325)
								12.055

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2015	Adições	Amortizações	Transferência	Baixas	31 de dezembro de 2016	Adições	Amortizações
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150	-	-
Softwares	2.032	548	(1.172)	5.190	-	6.598	-	(405)
Direito exploração de jazidas	1.164	745	(436)	-	(744)	729	-	(110)
Fundo de comércio	7.039	-	-	-	(208)	6.831	-	-
Softwares em desenvolvimento	5.315	528	-	(5.190)	-	653	387	-
Sistema de gestão	9.540	-	(3.948)	-	-	5.592	-	(920)
	21.321	8.128	(4.572)	363	(952)	20.553	387	(1.435)
								19.505

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Custo dos produtos vendidos	196	151	306	229
Despesa comercial	698	704	698	704
Despesa administrativa	431	385	431	385
	1.325	1.240	1.435	1.318

c) Projeção para amortização do Intangível Consolidado:

	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	Total
Softwares	1.620	1.581	1.581	1.157	254	6.193
Direito de exploração de jazidas	342	51	51	51	124	619
Sistema de gestão	3.673	999	-	-	-	4.672
	5.635	2.631	1.632	1.208	378	11.484

Os itens marcas e patentes, fundo de comércio e softwares em desenvolvimento no total de R\$ 8.021 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nestas demonstrações financeiras do encerramento do exercício.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Fornecedores e cessão de crédito

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Mercado interno	95.252	89.220	100.605	93.592
Mercado externo	12.008	9.337	12.008	9.337
Circulante	107.260	98.557	112.613	102.929
Mercado interno (a)	71.137	68.990	71.137	68.990
Não circulante	71.137	68.990	71.137	68.990
	178.397	167.547	183.750	171.919

(a) Provisão para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 13

b) Cessão de crédito de fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras de primeira linha no montante de R\$ 20.606 em 31 de março de 2017 e R\$ 21.522 em 31 de dezembro de 2016, com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Nas referidas transações não houve modificação das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Vencimentos	Encargos	Controladora		Consolidado	
				31 de	31 de	31 de	31 de
				março de	dezembro	março de	dezembro
				de 2016	2017	de 2016	2016
Circulante							
Arrendamento financeiro (a)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	802	782	802	782
Banco do Nordeste S.A (b)	R\$	Jun/2025	3,00% a.a.	9.800	9.801	9.800	9.801
Lei nº 4.131 (c)	R\$	Dez/2017	13,73% a.a.	14.727	14.387	14.727	14.387
NCE (d)	R\$	Mai/2019	13,73% a.a. ¹	89.039	88.543	89.039	88.543
Pré-pagamento (e)	US\$	Mai/2018	5,67% a.a.+VC	3.968	4.083	3.968	4.083
PRODEC (f)	R\$	Mar/2021	4,00% a.a. ¹	13.256	10.897	13.256	10.897
FINEP (g)	R\$	Mai/2021	8,79% a.a. ¹	10.186	10.161	10.186	10.161
DEG (h)	US\$	Out/2021	6,22% a.a.+VC	10.825	10.394	10.825	10.394
FINAME (i)	R\$	Ago/2023	2,97% a.a. ¹	422	422	422	422
NCE (d)	US\$	Nov/2017	13,22% a.a.	15.876	21.779	15.876	21.779
Debêntures 1ª série (j)	R\$	Nov/2022	15,68% a.a.	14.296	10.298	14.296	10.298
Debêntures 2ª série (j)	R\$	Nov/2020	15,28% a.a.	19.352	15.457	19.352	15.457
Total do circulante			11,87% a.a. ¹	202.549	197.004	202.549	197.004
Total moeda nacional				171.880	160.748	171.880	160.748
Total moeda estrangeira				30.669	36.256	30.669	36.256
Não circulante							
Capital de giro	R\$			-	-	1.227	1.189
Arrendamento financeiro (a)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	141	349	141	349
Banco do Nordeste S.A (b)	R\$	Jun/2025	3,00% a.a.	70.908	73.353	70.908	73.353
Lei nº 4.131 (c)	R\$			-	-	-	-
NCE (d)	R\$	Mai/2019	13,73% a.a. ¹	33.333	42.221	33.333	42.221
Pré-pagamento (e)	US\$	Mai/2018	5,67% a.a.+VC	990	2.037	990	2.037
PRODEC (f)	R\$	Mar/2021	4,00% a.a. ¹	33.920	34.386	33.920	34.386
FINEP (g)	R\$	Mai/2021	8,79% a.a. ¹	18.216	20.739	18.216	20.739
DEG (h)	US\$	Out/2021	6,22% a.a.+VC	38.021	39.109	38.021	39.109
FINAME (i)	R\$	Ago/2023	2,97% a.a. ¹	2.125	2.230	2.125	2.230
Debêntures 1ª série (j)	R\$	Nov/2022	15,68% a.a.	89.705	89.619	89.705	89.619
Debêntures 2ª série (j)	R\$	Nov/2020	15,28% a.a.	84.511	84.425	84.511	84.425
Total do não circulante			10,65% a.a. ¹	371.870	388.468	373.097	389.657
Total moeda nacional				332.859	347.322	334.086	348.511
Total moeda estrangeira				39.011	41.146	39.011	41.146
Total Geral			11,08% a.a. ¹	574.419	585.472	575.646	586.661
Total moeda nacional				504.739	508.070	505.966	509.259
Total moeda estrangeira				69.680	77.402	69.680	77.402

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação	Prazo (meses)	Amortização	Carência (meses)	Garantias
		Desembolso	Vencimento					
(a)	Arrend.financeiro	mai-15	mai-18	R\$ 2.192	36	Mensal		Máquinas e equipamentos
	Banco do Nordeste	ago-14	jun-25	R\$ 96.819	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos
(b)	Contrato celebrado em 06/2013, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 08/2014 no valor de R\$ 29.221, a 2ª parcela liberada em 01/2015 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em 09/2015 no valor de R\$ 14.700, a 4ª parcela liberada em 03/2016 no valor de R\$ 4.713 e 5ª parcela liberada em 12/2016 no valor de R\$ 2.418.							
(c)	4131 Trade	dez-12	dez-17	R\$ 50.000	60	Semestral	24	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
		jan-13	dez-17	R\$ 20.000	60	Semestral	24	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
		mai-14	abr-17	R\$ 15.000	35	Mensal	8	
		set-14	set-17	R\$ 10.000	36	Trimestral	3	Operação clean
		nov-14	nov-17	US\$ 15.000	36	Trimestral	12	
		mai-16	mai-18	R\$ 50.000	24	Semestral	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 15% do saldo devedor do contrato
(d)	Crédito de Exportação (NCE)	fev-15	jan-18	R\$ 50.000	36	Trimestral	9	
		jun-16	mai-19	R\$ 10.000	36	Trimestral	12	Durante a carência (até 01/06/17) – 50% de aplicação financeira + 50% de duplicatas; - Durante a amortização – (02/06/17 a 24/05/19) - 80% de duplicatas + 20% aplicação financeira.
		jun-16	mai-19	R\$ 20.000	36	Trimestral	12	
Estes contratos possuem cláusulas mínimas de "covenants" que foram cumpridas.								
(e)	Pré-pagamento	jun-13	mai-18	US\$ 5.000	60	Trimestral	15	Penhor mercantil
	PRODEC				48	Bullet	-	
(f)	(Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (12,58% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.							
		jul-10	set-18	R\$ 30.103	99	Mensal	24	Fiança Bancária
(g)	Finep	Todas as 5 parcelas do financiamento foram liberadas pelo Banco, conforme abaixo: 1ª - R\$ 5.000 em 07/2010, 2ª - R\$ 5.100 em 08/2010, 3ª - R\$ 3.146 em 09/2010, 4ª - R\$ 5.572 em 12/2012 e 5ª - R\$ 11.282 em 08/2013.						
		jul-14	mai-21	R\$ 25.107	84	Mensal	24	Fiança Bancária
		Contrato celebrado em 07/2014, no valor de R\$ 57.300 e a 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco neste mesmo mês. A 2ª parcela liberada em 01/2016 no valor de R\$ 12.479.						
	DEG	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias
(h)	Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que não foram cumpridas, porém, a Companhia já recebeu a "waiver" para o 1T17 e o saldo está mantido no não circulante.							
		mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	
(i)	Finame	mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24	
		jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26	
		jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18	
(j)	Debêntures 1ª Série	dez-15	nov-22	R\$ 100.000	83	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
	Debêntures 2ª Série	dez-15	nov-20	R\$ 100.000	59	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
Para mais detalhes vide item (c) Debêntures, a seguir.								

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 8) e de controlada (nota explicativa nº 40), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 11.016.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos em 1º de Março	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
2018	104.535	128.921	105.762	130.110
2019	92.722	91.419	92.722	91.419
2020	80.329	78.367	80.329	78.367
2021 a 2025	94.284	89.761	94.284	89.761
	371.870	388.468	373.097	389.657

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados em Reais, segregados por tipo de moeda:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Reais	504.739	508.070	505.966	509.259
Dólares dos Estados Unidos	69.680	77.402	69.680	77.402
	<u>574.419</u>	<u>585.472</u>	<u>575.646</u>	<u>586.661</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

c) Debêntures

Em 17 de novembro de 2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Emissora, com relação a vencimentos de dívidas nos anos de 2015 e 2016 e o saldo remanescente à utilização como reforço de caixa da emissora.

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Valor da captação		
Debêntures 1ª série	105.549	101.551
Debêntures 2ª série	105.409	101.515
Saldo Bruto	<u>210.958</u>	<u>203.066</u>
Custos de captação	(3.095)	(3.267)
Saldo líquido	<u>207.863</u>	<u>199.799</u>
Circulante	33.647	25.755
Não circulante	174.216	174.044

Características da Emissão	
Emissão	2ª
Agente Fiduciário	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A
Coordenador Líder	Banco Bradesco S.A.
Banco Depositário	ITAU CV S/A
Negociação	CETIP
Número de Séries	2
Volume da Emissão R\$	200.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	2.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Detalhamento da operação por série		
Série	1ª	2ª
Registro CVM N°	480/09	
Código do Ativo	PTBL12	PTBL22
Data de Emissão	26/11/2015	
Data de Vencimento	26/11/2022	26/11/2020
Volume R\$	100.000.000,00	100.000.000,00
Qtde de Debêntures	1.000	1.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00	100.000,00
Forma	Normativa e escritural	
Espécie	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
Conversibilidade	Não conversíveis em ações de Emissão da Emissora	
Atualização	Não haverá atualização monetária do Valor Nominal	
Remuneração	Taxa DI + 3,55% ao ano (ano com base 252 dias)	Taxa DI + 3,15% ao ano (ano com 252 dias)
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 26/05/2016	
Amortização	Será amortizado em 11 (onze) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.	Será amortizado em 7 (sete) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.
Atos Societários:	RCA em 17/11/2015	
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA <= 3,35 vezes (ano 2015) , 3,00 vezes (03.2016 e 06.2016), 4,50 vezes (09.2016 e 12.2016), 4,25 vezes (03.2017), 4,00 vezes (06.2017), 3,75 vezes (09.2017), 3,50 vezes (12.2017), 3,25 vezes (03.2018 e 06.2018), 3,00 vezes (09.2018 e 12.2018), 2,50 vezes (ano 2019, 2020, e 2021) e 3,00 vezes (a partir de 2022).	
	Divisão entre Ativo Circulante pelo Passivo Circulante >= 1,15 vezes	

Este contrato possui cláusulas de *covenants* que foram cumpridas.

23 Parcelamento de obrigações tributárias

Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		Controladora		Consolidado	
	Data	Parcelas a vencer	31 de março de	31 de dezembro de	31 de março de	31 de dezembro de
			2017	de 2016	2017	de 2016
LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	94	77.501	78.662	78.029	79.199

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31 de março de	31 de dezembro de	31 de março de	31 de dezembro de
	2017	de 2016	2017	de 2016
2017	7.403	9.788	7.455	9.857
2018 a 2023 (*)	61.548	60.474	61.968	60.888
2024	8.550	8.400	8.606	8.454
	77.501	78.662	78.029	79.199
Circulante	9.967	9.788	10.037	9.857
Não circulante	67.534	68.874	67.992	69.342

(*) Soma das parcelas anuais de R\$ 10.258 em 31 de março de 2017 e R\$ 10.079 em 31 de dezembro de 2016 para a Controladora e R\$ 10.328 e R\$ 10.148 respectivamente para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em novembro de 2009.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 24).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 818, atualizadas pela Selic, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e consequentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos nas notas explicativas nº 16 e nº 17.

24 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas nas notas explicativas nº 16 e nº 17. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o que a Companhia entende ser remoto com base na opinião dos seus assessores jurídicos, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 26.756 em 31 de março de 2017, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 17.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de março de 2017 os impostos, taxas e contribuições registradas no passivo circulante estavam classificadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
IRRF	1.443	2.236	1.680	2.567
ICMS	10.796	9.910	10.808	9.933
PIS/COFINS	1.569	1.760	1.878	2.176
Outros	392	233	532	344
	<u>14.200</u>	<u>14.139</u>	<u>14.898</u>	<u>15.020</u>

26 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Cíveis	12.506	9.962	12.563	9.987
Trabalhistas	14.741	14.494	14.956	14.660
Tributárias	3.499	26.548	3.530	26.548
	<u>30.746</u>	<u>51.004</u>	<u>31.049</u>	<u>51.195</u>

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2016	<u>9.962</u>	<u>14.494</u>	<u>26.548</u>	<u>51.004</u>
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	2.634	864	(23.049)	(19.551)
Provisões adicionais	2.241	440	1.868	4.549
Reversões por não utilização	-	(139)	(22.195)	(22.334)
Atualização monetária (nota 34)	393	563	(2.722)	(1.766)
Reversões por realização	(90)	(617)	-	(707)
Em 31 de março de 2017	<u>12.506</u>	<u>14.741</u>	<u>3.499</u>	<u>30.746</u>

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2016	9.987	14.660	26.548	51.195
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	2.666	913	(23.018)	(19.439)
Provisões adicionais	2.271	487	1.899	4.657
Reversões por não utilização	-	(144)	(22.195)	(22.339)
Atualização monetária (nota 34)	395	570	(2.722)	(1.757)
Reversões por realização	(90)	(617)	-	(707)
Em 31 de março de 2017	12.563	14.956	3.530	31.049

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 219 ações cíveis (228 ações em 31 de dezembro de 2016), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 13).

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 270 reclamações trabalhistas (319 reclamações em 31 de dezembro de 2016), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se, preponderantemente, na postulação do adicional de insalubridade, matéria já pacificada no TRT da 12ª Região em favor da Companhia. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 13).

Alteração do Critério de Correção de Débitos Trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho - TST, em decisão publicada em 07 de agosto de 2015, promoveu a alteração do índice de correção dos débitos trabalhistas, de modo a substituir a Taxa Referencial (TR) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA-E, com efeitos retroativos a 30 de junho de 2009. A mudança de critério impactará o saldo de provisões trabalhistas em aproximadamente R\$ 6,5 milhões. Todavia, o Supremo Tribunal Federal - STF, em decisão da lavra do Min. Dias Tófoli na Reclamação nº 22012, deferiu liminar suspendendo os efeitos da decisão do TST. Desta forma, a Companhia não promoverá a majoração de suas provisões trabalhistas enquanto não for publicada decisão terminativa da ação em tramitação no STF.

Tributárias

a) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de cálculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de cálculo em relevo. A mencionada decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional federal da 4ª Região. A União Federal, por intermédio da procuradoria da fazenda Nacional recorreu da decisão aos Tribunais superiores (STF e STJ).

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Baseada em decisão favorável proferida pelo STF em 15 de março de 2017, em repercussão geral, nos autos do processo 5032720-26.2014.404.7200 a Companhia procedeu com a reversão do montante provisionado, que em 31 de março de 2017 representava R\$ 25.544 (R\$ 23.437 em 31 de dezembro de 2016).

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC do período.

27 Ações possíveis de perda e remotas relevantes

a) Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Cíveis	1.928	2.232	1.937	2.308
Trabalhistas	7.118	6.778	7.206	6.788
	9.046	9.010	9.143	9.096

b) Ação remota referente o Processo Administrativo nº 10983.721445/2014-78

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados. Em 06 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, de modo que, desde essa data (06 de janeiro de 2015), encontra-se aguardando o julgamento da referida Impugnação, que segundo assessores jurídicos da PBG S.A tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73 milhões como passivos potenciais.

Em 07 de março de 2016 a Companhia foi cientificada da lavratura dos Autos de Infração ref. os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516.7200300/2016-91 que constituíram créditos tributários referentes compensações indevidas de IRPJ e CSLL. Contudo, a companhia defendeu que esta discussão já está em curso no processo 10983.721445/2014-78. Foi

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

solicitado o cancelamento lançamento fiscal impugnado no montante de R\$ 19 milhões, devido a duplicidade por parte do fisco.

28 Benefícios a empregados

28.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 28 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

		Controladora
		31 de março de 2017 e 2016
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto	6% a.a. (real)	
Taxa de retorno esperado dos ativos	6% a.a. (real)	
Crescimentos salariais futuros	2% a.a. (real) até 47 anos	
Crescimento dos benefícios da Previdência		
Social e dos limites	2% a.a. (real) a partir de 48 anos	
Inflação	Desconsiderada	
Fator de capacidade		
Salários	100%	
Benefícios	100%	
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 83	
Tábua de mortalidade de inválidos	Exp. IAPC	
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas	

28.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Remuneração	32.703	32.137	36.126	35.773
Benefícios				
Plano de previdência	215	296	215	297
FGTS	2.695	2.607	3.008	3.038
Outros	4.683	4.002	4.970	4.264
Total	40.296	39.042	44.319	43.372

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Incentivo de longo prazo

Em 2012, a Companhia implementou o programa incentivo de longo prazo (ILP). O programa visa atrair, reter e reconhecer o desempenho de profissionais chaves.

São elegíveis ao ILP diretores, superintendentes e gerentes, que através de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa. Cada integrante detém uma quantidade de títulos que são chamados figurativamente de “ações referência”. Estas não são negociadas em mercado de balcão e sua “valorização” é calculada anualmente pelo desempenho do Ebitda e da relação entre Ebitda e dívida líquida.

O pagamento é previsto em três parcelas anuais com diferimento de dois anos no início do período. A liquidação será feita através de valores monetários em quantia proporcional aos ganhos apurados pelas métricas do plano.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012. Atualmente há 4 planos em andamento. O valor presente da obrigação em 31 de março de 2017 é R\$ 7.313 na controladora e no consolidado (R\$ 7.312 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2016).

30 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2017 a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 119.565 (R\$ 119.565 em 31 de dezembro de 2016), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2017 havia 72.849.374 ações em circulação, o equivalente a 45,97% do total de ações emitidas, mesmo percentual apresentado em 31 de dezembro de 2016. Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de março de 2017, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 15.220 (R\$ 15.220 em 31 de dezembro de 2016) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de retenção de lucros

O montante de R\$ 103.197 refere-se ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 29 de abril de 2016, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

d) Lucros a disposição da AGO

O montante da “Reserva de lucros a destinar” em 31 de março de 2017 é de R\$ 2.713 e refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados do exercício de 2016, após a destinação de 5% para reserva legal e dos 25% de dividendos mínimos obrigatórios. Os Administradores da Companhia irão propor em Assembleia Geral a destinação das reservas em observância aos artigos 199 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Com a destinação do lucro líquido apurado no exercício de

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2016 nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, o saldo das reservas de lucros excedeu o valor do capital social, motivo pelo qual, com base no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 é proposta a aplicação do excesso no aumento de capital, a ser deliberado pelos acionistas em assembleia geral.

e) Ajuste de avaliação patrimonial – Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente. Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

	Ajustes de avaliação patrimonial			
	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes	Total
Controladora e Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2016	37.060	(28.520)	(10.786)	(2.246)
Realização da reserva de reavaliação	(296)	-	-	(296)
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	-
Varição cambial de controlada localizada no exterior	-	1.854	-	1.854
Em 31 de março de 2017	36.764	(26.666)	(10.786)	(688)

31 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2017, é como segue.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Receita bruta de vendas	271.192	283.554	296.203	307.444
Deduções da receita bruta	(57.979)	(62.468)	(60.569)	(66.083)
Impostos sobre vendas	(52.424)	(53.488)	(54.751)	(56.630)
Devoluções	(5.555)	(8.980)	(5.818)	(9.453)
Receita líquida de vendas	213.213	221.086	235.634	241.361
Mercado interno	176.284	187.576	194.796	202.493
Mercado externo	36.929	33.510	40.838	38.868

32 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o trimestre findo em 31 de março de 2017 são os seguintes:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Custo e despesas				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(138.946)	(151.754)	(139.757)	(151.789)
Com Vendas	(47.075)	(48.876)	(56.686)	(61.146)
Gerais e Administrativas	(8.110)	(8.511)	(8.275)	(8.911)
	<u>(194.131)</u>	<u>(209.141)</u>	<u>(204.718)</u>	<u>(221.846)</u>
Abertura das despesas por natureza				
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	(1.833)	1.779	(1.780)	1.757
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	75.083	84.522	72.795	82.734
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	10.447	6.444	10.447	6.443
Custo das mercadorias revendidas	12.485	18.826	15.250	20.445
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	3.252	1.804	3.252	1.809
Salários, encargos e benefícios a empregados	49.500	48.330	54.526	53.749
Mão de obra e serviços de terceiros	14.340	18.515	14.648	19.246
Amortização e depreciação	9.090	8.828	9.843	9.389
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	2.775	2.489	3.613	3.343
Comissões sobre vendas	6.279	6.208	6.753	6.600
Despesas com marketing e publicidade	3.434	2.151	4.135	4.214
Outras despesas comerciais	7.720	7.645	9.603	10.384
Outras despesas administrativas	1.559	1.600	1.633	1.733
Total	<u>194.131</u>	<u>209.141</u>	<u>204.718</u>	<u>221.846</u>

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

33 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2017 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	160	175	160	175
Reversão provisão para contingência (a)	20.247	-	20.247	-
Outras receitas	112	98	140	98
Total	<u>20.519</u>	<u>273</u>	<u>20.547</u>	<u>273</u>
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 26)	(691)	(407)	(792)	(426)
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 29)	(364)	(392)	(364)	(392)
Provisão para participação no resultado	(1.784)	(1.564)	(1.784)	(1.564)
Custo de ociosidade (b)	(5.241)	(4.391)	(5.241)	(4.391)
Outras despesas	(305)	(266)	(405)	(354)
Total	<u>(8.385)</u>	<u>(7.020)</u>	<u>(8.586)</u>	<u>(7.127)</u>
Total líquido	<u>12.134</u>	<u>(6.747)</u>	<u>11.961</u>	<u>(6.854)</u>

(a) Reversão da provisão para contingências referente o ICMS sobre a base de cálculo de Pis e Cofins, líquida de honorários.

(b) Despesas com adequação dos equipamentos de produção com intuito de ajustar a produção a demanda do mercado Nordeste.

34 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do trimestre findo em 31 de março de 2017 é o seguinte:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Receitas financeiras				
Juros	2.919	5.565	3.053	5.746
Atualização de ativos	2.485	2.482	2.485	2.482
Outros	236	216	243	230
Total	5.640	8.263	5.781	8.458
Despesas financeiras				
Juros	(9.008)	(8.901)	(9.051)	(9.007)
Encargos financeiros com tributos	(1.451)	(1.680)	(1.461)	(1.695)
Atualização de provisões para contingências	(1.614)	(1.419)	(1.624)	(1.424)
Reversão provisão para contingência (a)	3.381	-	3.381	-
Comissões e taxas de serviços	(1.269)	-	(1.488)	-
Despesas bancárias	(121)	(520)	(122)	(536)
Resultado de operação de Swap (b)	(1.677)	(7.976)	(1.677)	(7.976)
Juros sobre debêntures	(8.064)	(9.034)	(8.064)	(9.034)
Outros	(568)	(1.201)	(604)	(1.485)
Total	(20.391)	(30.731)	(20.710)	(31.157)
Variação cambial líquida				
Clientes e fornecedores	(2.963)	(9.450)	(2.957)	(9.820)
Empréstimos e financiamentos	2.441	12.899	2.441	12.899
Total	(522)	3.449	(516)	3.079
Total líquido	(15.273)	(19.019)	(15.445)	(19.620)

(a) Reversão da provisão para contingências referente o ICMS sobre a base de cálculo de Pis e Cofins, líquida de honorários.

(b) Provisão do resultado das operação de Swap, conforme detalhadas na nota explicativa 7.

35 Resultado por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	19.864	(6.224)	19.864	(6.224)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489	158.489	158.489
Lucro (prejuízo) básico por ação	0,12533	(0,03927)	0,12533	(0,03927)

O lucro (prejuízo) consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores, nas controladas.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

36 Dividendos

Serão distribuídos dividendos totais de 25% referente ao exercício de 2016, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017. O montante a pagar será de R\$ 505 mil e a data de pagamento é 1º de junho de 2017. Desta forma, a remuneração total dos acionistas referente ao exercício de 2016 representará um *yield* (dividendo por ação dividido pela cotação final da ação) de 0,16%.

37 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de março de 2017			Em 31 de março de 2016		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	194.796	40.838	235.634	202.493	38.868	241.361
Custo dos produtos vendidos	(114.121)	(25.636)	(139.757)	(131.943)	(19.846)	(151.789)
Lucro operacional bruto	80.675	15.202	95.877	70.550	19.022	89.572
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(46.217)	(6.783)	(53.000)	(68.003)	(8.908)	(76.911)
Vendas, gerais e administrativas	(58.178)	(6.783)	(64.961)	(62.065)	(7.992)	(70.057)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11.961	-	11.961	(5.938)	(916)	(6.854)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	34.458	8.419	42.877	2.547	10.114	12.661
% sobre a ROL	18%	21%	18%	1%	26%	5%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

38 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado em 31 de março de 2017, somam o montante de R\$ 5.643.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a aquisição de veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são de R\$ 1.022 e R\$ 820 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos são de R\$ 448 e R\$ 274 respectivamente.

39 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de março de 2017 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza era de R\$ 84.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 25.000, lucros cessantes no valor de R\$ 51.115 e danos elétricos, tumultos e responsabilidade civil no montante de R\$ 5.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 13 de junho de 2016 até 13 de junho de 2017.

A Companhia também possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a ACE Seguradora S.A, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10 milhões, com vigência de 27 de agosto de 2016 até 27 de agosto de 2017.

Adicionalmente a Companhia contratou uma apólice com a Fairfax Brasil, referente a prestação de garantia na reclamação trabalhista nº 0234100-60.1998.5.05.0015 no valor de R\$ 33.548, vigente de 24 de junho de 2014 até 24 de junho de 2017.

40 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	15.893	15.893
Contas a receber	Portobello América, Inc.	64.870	66.727
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	194	2.231
Adiantamento de clientes	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	(1.252)	(3)
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	97	95
Créditos com Controladas - Não Circulante		63.909	69.050
Créditos com outras pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	91.016	89.423
Outras transações			
Adiantamento a fornecedores	Mineração Portobello Ltda.	138	558
Contas a receber - líquido de adiantamento	Solução Cerâmica Com. Ltda.	338	442
Contas a receber	Flooring Revest. Cer. Ltda.	209	370
Adiantamento	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(723)	(527)
Contas a pagar	Gomes Part. Societárias Ltda.	-	34
Contas a pagar	Elog Logística Sul Ltda	378	1.007
		340	1.884

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Receitas			
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	5.856	5.045
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	1.664	1.950
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	5.961	3.657
Despesas			
Compra de produtos	Mineração Portobello Ltda.	(2.288)	(1.788)
Aluguel	Gomes Participações Societárias Ltda.	(111)	(90)
Serviços de frete	Elog Logística Sul Ltda	(547)	-
		10.535	8.774

A controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 22).

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de duas partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	Natureza	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Solução Cerâmica Com. Ltda. Flooring Revest. Cer. Ltda.	Ativo			Receitas		
	Contas a receber	585	1.099	Royalties	1.450	1.257
	Contas a receber	234	253	Royalties	428	505
		819	1.352		1.878	1.762

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas ao pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no trimestre findo em 31 de março de 2017 são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de março de 2016	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Remuneração fixa				
Salários	2.902	3.079	3.274	3.450
Honorários	1.325	1.150	1.325	1.150
Remuneração variável	398	419	466	486
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo			-	
Plano de previdência	178	234	178	234
Outros	403	499	446	598
Benefícios por desligamento	-	-	-	-
	<u>5.206</u>	<u>5.381</u>	<u>5.689</u>	<u>5.918</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores e Acionistas da

PBG S.A.

Tijucas - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da PBG S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 04 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório de Revisão

Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da PBG S.A., declara que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2017; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2017.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente

John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 04 de maio de 2017.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório de Revisão

Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da PBG S.A., declara que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2017; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2017.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente

John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 04 de maio de 2017.